



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARARAPES

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

008. PROVA OBJETIVA

FISCAL DE TRIBUTOS

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 40 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

Leia a tira para responder às questões 01 e 02:

O Melhor de Calvin – Bill Waterson



(Bill Waterson, "O Melhor de Calvin". <https://cultura.estadao.com.br/quadrinhos>, 04.04.2025)

01. Uma afirmação coerente com as informações da tira, e em conformidade com a norma-padrão, é:

- (A) Se o aluno tivesse esforçado-se para ter boas notas, não haveriam comentários da professora que afetariam sua autoestima.
- (B) A professora disse que o aluno dever-se-ia esforçar porque vem surgindo notas baixas que estão afetando sua autoestima.
- (C) "Me sinto afetado por esta nota ruim e pela sua negação do fato de que sou uma vítima" – disse ironicamente o menino.
- (D) A nota ruim e a negação do fato pela professora fizeram com que o aluno se sentisse mal, com a sua autoestima afetada.
- (E) É flagrante que a nota ruim do aluno é um fato isolado nos seus estudos, pois a professora não recriminou-o por aquilo.

02. Considerando a interlocução com o uso do pronome "Você", as informações do segundo quadrinho admitem a reescrita:

- (A) Então, esforce-se mais e não tire notas baixas.
- (B) Então, esforça-se mais e não tire notas baixas.
- (C) Então, esforce-se mais e não tira notas baixas.
- (D) Então, esforça-se mais e não tira notas baixas.
- (E) Então, esforças-se mais e não tires notas baixas.

Crianças condenadas à estagnação

A probabilidade de um brasileiro nascer pobre e morrer pobre é alta. Menos de 2% das crianças cujos pais estão entre os 50% mais pobres do País alcançarão a renda dos 10% mais ricos. E o mais provável é que 66% delas ainda estejam na mesma faixa dos ascendentes quando chegarem à fase adulta da vida.

Essas projeções são do recém-lançado *Atlas da Mobilidade Social do Brasil*, do Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS). O estudo sobre mobilidade intergeracional traça um cenário bastante desolador, haja vista que a imobilidade social no País parece ser a regra.

De acordo com o estudo, a mobilidade social é ainda difícil para as crianças do sexo feminino, negras e do Norte do País. Aliás, nos Estados dessa região, quase 80% das crianças cujos pais estão na metade mais pobre da população permanecerão nessa mesma situação na vida adulta.

Tudo isso indica que o Brasil desonrou compromissos firmados com o seu povo por meio da Constituição federal de 1988, que afirma que “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” são objetivos fundamentais da República. E é essa mesma Constituição que diz aos brasileiros que a criança é uma prioridade absoluta.

O ideal seria o país investir na primeira infância – inclusive para impedir que essas crianças, uma vez tornadas adultas, venham a depender, como os pais, de mais programas sociais. É nessa fase da vida que os estímulos adequados impactam a fase adulta, em educação, saúde, trabalho, renda, violência e redução da desigualdade. Apesar disso, o Brasil não alcançou nem mesmo a meta de colocar 50% das crianças de zero a 3 anos na creche. No ano passado, só cerca de 40% delas estavam matriculadas.

Se o País não cuida bem das crianças menores, tampouco cuida das maiores, dos adolescentes e dos jovens. Os indicadores de educação apontam que a qualidade do ensino brasileiro é baixa, com desempenho pífio em avaliações nacionais e internacionais. E o ensino profissionalizante não é uma prioridade.

O Brasil terá de fazer escolhas para romper esse ciclo. Se nada mudar, o País e milhões dos seus cidadãos estarão condenados a futuro algum.

(Opinião. Em: <https://www.estadao.com.br/opiniao>, 20.06.2025. Adaptado)

03. As informações do texto permitem concluir que

- (A) as crianças nascidas após a promulgação da Constituição federal tiveram os seus direitos básicos certamente garantidos.
- (B) as crianças vêm perdendo oportunidades de ascensão social porque se dedicam pouco às avaliações nacionais e internacionais.
- (C) as crianças cujos pais são pobres têm 50% de chances de ingressarem no grupo dos 10% mais ricos do país, quando adultas.
- (D) as crianças nascidas pobres tendem a ser adultos pobres, porque a mobilidade social praticamente inexiste no Brasil.
- (E) as crianças vislumbram muitas chances de uma vida melhor que a de seus pais, considerando educação, saúde, trabalho e renda.

04. A conclusão do texto sugere que

- (A) a oferta de futuro digno às crianças independe de mudanças realizadas por autoridades governamentais.
- (B) o futuro digno para as crianças de hoje exige que haja o rompimento com o ciclo de desigualdades sociais.
- (C) a melhor maneira de garantir dignidade aos adultos do futuro é com a manutenção da ordem social atual.
- (D) o rompimento com o ciclo de desigualdades sociais terá impacto praticamente nulo para o futuro das crianças.
- (E) o Brasil reconhece os direitos de seus cidadãos, embora não tenha condições de transformar a realidade social.

05. O termo destacado está empregado em sentido figurado em:

- (A) O estudo sobre mobilidade **intergeracional** traça um cenário bastante desolador... (2º parágrafo)
- (B) Tudo isso indica que o Brasil desonrou compromissos firmados com o seu **povo**... (4º parágrafo)
- (C) E é essa mesma Constituição que diz aos brasileiros que a criança é uma **prioridade** absoluta. (4º parágrafo)
- (D) Os indicadores de educação apontam que a **qualidade** do ensino brasileiro é baixa... (6º parágrafo)
- (E) Se nada mudar, o País e milhões dos seus cidadãos estarão **condenados** a futuro algum. (7º parágrafo)

06. Considere as passagens:

- O estudo sobre mobilidade intergeracional traça um cenário bastante **desolador**... (2º parágrafo)
- Os indicadores de educação apontam que a qualidade do ensino brasileiro é baixa, com desempenho **píffio** em avaliações nacionais e internacionais. (6º parágrafo)

Os termos destacados significam, correta e respectivamente:

- (A) devastador; esplendoroso.
- (B) desanimador; insignificante.
- (C) desmotivador; contundente.
- (D) deslumbrante; equilibrado.
- (E) desmistificador; humilhante.

07. Na passagem do 6º parágrafo – Se o País não cuida **bem** das crianças menores, **tampouco** cuida das maiores, dos adolescentes e dos jovens. –, os termos destacados expressam, correta e respectivamente, sentido de

- (A) modo e finalidade.
- (B) afirmação e negação.
- (C) modo e negação.
- (D) afirmação e intensidade.
- (E) intensidade e finalidade.

08. Considere as passagens:

- E o mais provável é que 66% delas ainda estejam na mesma faixa dos ascendentes **quando** chegarem à fase adulta da vida. (1º parágrafo)
- **Apesar disso**, o Brasil não alcançou nem mesmo a meta de colocar 50% das crianças de zero a 3 anos na creche. (5º parágrafo)
- **Se** nada mudar, o País e milhões dos seus cidadãos estarão condenados a futuro algum. (7º parágrafo)

No contexto em que estão empregadas, as expressões destacadas exprimem, correta e respectivamente, sentidos de

- (A) conformidade; tempo; causa.
- (B) comparação; conclusão; fim.
- (C) tempo; contraste; condição.
- (D) comparação; contraste; fim.
- (E) tempo; conclusão; condição.

09. Assinale a alternativa que atende à norma-padrão de regência verbal e nominal.

- (A) Tudo isso indica que o Brasil se esqueceu dos compromissos firmados com o seu povo, que tem o anseio por uma vida sem pobreza e marginalização.
- (B) Tudo isso indica que o Brasil esqueceu dos compromissos firmados com o seu povo, que tem o desejo por uma vida sem pobreza e marginalização.
- (C) Tudo isso indica que o Brasil esqueceu os compromissos firmados com o seu povo, que tem a aspiração em uma vida sem pobreza e marginalização.
- (D) Tudo isso indica que o Brasil esqueceu dos compromissos firmados com o seu povo, que tem o sonho a uma vida sem pobreza e marginalização.
- (E) Tudo isso indica que o Brasil se esqueceu dos compromissos firmados com o seu povo, que tem a pretensão com uma vida sem pobreza e marginalização.

10. Coube ____ Constituição federal firmar compromissos com o povo, garantindo ____ todos os cidadãos a erradicação da pobreza e da marginalização. Coube ____ ela, também, firmar o compromisso de redução das desigualdades sociais e regionais. Além disso, foi garantida ____ criança prioridade absoluta.

De acordo com a norma-padrão, as lacunas devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) à ... à ... a ... a
- (B) a ... à ... à ... a
- (C) à ... à ... à ... à
- (D) a ... a ... à ... à
- (E) à ... a ... a ... à

11. Certo dia, em uma classe, $\frac{3}{4}$ dos alunos chegaram a tempo, a sexta parte deles chegaram atrasados e os demais faltaram. Sabendo que foram 8 os alunos atrasados, é correto afirmar que o número de faltosos é
- (A) 2.
(B) 3.
(C) 4.
(D) 5.
(E) 6.
12. Em uma casa de repouso para idosos, há um responsável para controlar os horários daqueles que precisam tomar algum remédio com regularidade. Em certo dia, Joel, esse responsável, teve o compromisso de levar remédios para três idosos que precisavam tomar o remédio em intervalos de, respectivamente, 2 horas, 3 horas e 4 horas. Sabendo que às 8 horas Joel levou remédios para os três idosos tomarem, é correto afirmar que, até às 17h30, o número de vezes que Joel precisou levar remédio apenas para um desses idosos é igual a
- (A) 6.
(B) 5.
(C) 4.
(D) 3.
(E) 2.
13. Rosa precisa distribuir 50 barras de chocolate e 120 barras de cereal na maior quantidade de saquinhos possível, de modo que todos os saquinhos contenham o mesmo número de barras de chocolate e o mesmo número de barras de cereal. Fazendo dessa maneira, cada saquinho vai conter um total de barras igual a
- (A) 5.
(B) 10.
(C) 12.
(D) 15.
(E) 17.

14. Luciana tem em sua bolsa 20 cédulas de dez reais, e 30 cédulas de 20 reais. Em relação ao total de dinheiro que Luciana tem na bolsa, a quantidade desse dinheiro, em cédulas de dez reais, corresponde a:
- (A) 15%
(B) 20%
(C) 25%
(D) 40%
(E) 66%
15. Em uma classe com 33 alunos, a razão entre o número de meninos e o número de meninas é $\frac{3}{8}$. No retorno das férias, verificou-se que 6 meninas haviam saído dessa classe. Com essa alteração, a razão entre o número de meninos e o número de meninas passou a ser:
- (A) $\frac{4}{5}$
(B) $\frac{3}{7}$
(C) $\frac{1}{2}$
(D) $\frac{3}{8}$
(E) $\frac{4}{7}$
16. Ao preparar doces para festas infantis, uma doceira sempre usa a razão 90 brigadeiros para cada 15 crianças. Portanto, em uma festa em que são esperadas 125 crianças, essa doceira deve preparar um número de brigadeiros igual a
- (A) 780.
(B) 750.
(C) 725.
(D) 690.
(E) 675.
17. A área de um retângulo é 96 m^2 . Sabe-se que a raiz positiva da equação $x^2 + 4x = 96$ é o valor, em metros, da medida de um dos lados desse retângulo.
- O perímetro desse retângulo é
- (A) 32 m.
(B) 36 m.
(C) 38 m.
(D) 40 m.
(E) 44 m.

18. Em uma frutaria, paga-se R\$ 22,00 por 1 kg de peras e 1 kg de maçãs; R\$ 34,00 por 2 kg de maçãs e 1 kg de abacates. Sabendo que o 1 kg de maçãs custa R\$ 4,00 a mais do que 1 kg de peras, uma pessoa que comprar 2,5 kg de cada uma dessas frutas pagará a quantia de

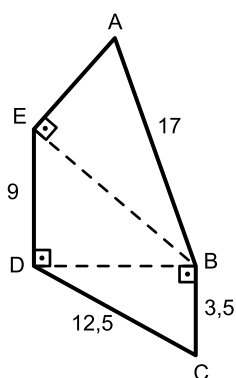
(A) R\$ 75,00.
(B) R\$ 72,50.
(C) R\$ 70,00.
(D) R\$ 68,50.
(E) R\$ 68,00.

19. Um grupo de 7 mágicos planejou apresentar o mesmo espetáculo em 7 salas de uma escola. Inicialmente, as salas estavam ocupadas por, respectivamente, 9, 19, 21, 7, 5, 22 e 15 convidados. Para que cada sala ficasse com o mesmo número de convidados, a organização do espetáculo mudou o menor número possível deles de lugar.

O número de convidados que mudaram de sala foi igual a

(A) 10.
(B) 14.
(C) 17.
(D) 21.
(E) 23.

20. O desenho a seguir, fora de escala, representa um percurso em formato de um polígono de 5 lados. As indicações numéricas indicam os comprimentos dos segmentos de reta do percurso na unidade quilômetro.



Se uma pessoa der uma volta completa nesse percurso, ela percorrerá a distância de

(A) 54 km.
(B) 50 km.
(C) 48 km.
(D) 47 km.
(E) 44 km.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Com base na definição de tributo existente no Código Tributário Nacional, identifique qual dos casos hipotéticos a seguir poderia ser considerado um tributo.

- (A) Cobrança financeira feita em razão da utilização por cidadão, mediante licença específica, de espaço público para a realização de evento privado.
- (B) Cobrança de prestação de serviços à comunidade, por decorrência da negativa do cidadão em cumprir serviço militar obrigatório.
- (C) Multa expedida por agente de trânsito por estacionamento em local proibido, calculada em R\$ 523,00.
- (D) Cobrança financeira para custeio da atividade de fiscalização de bares e restaurantes por município em relação às normas sanitárias.
- (E) Compensações financeiras cobradas em razão da exploração de recursos minerais por empresa com autorização de exploração de lavra.

22. O tributo cobrado para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, é

- (A) o imposto extraordinário.
- (B) o empréstimo compulsório.
- (C) a contribuição de melhoria.
- (D) o imposto residual.
- (E) a taxa.

23. Um determinado município da Federação resolve propor a criação por lei municipal do chamado “pedágio urbano” para veículos que adentrem o seu território, cobrado pela utilização de vias públicas conservadas pelo Poder Público.

Nesse contexto, é correto afirmar, com base na Constituição Federal, que

- (A) a proposta é inconstitucional, por violar a proibição de criação de tributo que estabeleça limitações ao tráfego de pessoas ou bens.
- (B) a proposta é constitucional, pois embora exista proibição de criação de tributo que estabeleça limitações ao tráfego, há expressa exceção à cobrança de pedágio.
- (C) a proposta é inconstitucional, pois a competência para a criação de tal imposto não é dos municípios, mas sim da União.
- (D) a proposta é inconstitucional, pois a competência para a criação de tal imposto não é dos municípios, mas sim compartilhada entre estados e União.
- (E) a proposta é constitucional, pois a constituição expressamente autoriza a utilização de tributos para restringir, quando justificado, o tráfego de pessoas e bens.

24. Uma empresa pública controlada pela União dedicada ao segmento de saúde instala um estabelecimento em um município do interior de São Paulo. O município, por meio de sua legislação local, institui a Taxa de Fiscalização Sanitária (TFS), exigida de todas as empresas que realizam atividades com potencial impacto à saúde pública. Ao receber o auto de lançamento da TFS, a empresa impugna a cobrança alegando que goza de imunidade recíproca, nos termos da Constituição Federal, por ser uma empresa pública federal.

Sobre essa situação hipotética, é correto afirmar que

- (A) a imunidade recíproca protege apenas contra impostos, não impedindo que o município cobre taxas vinculadas ao exercício regular do poder de polícia.
- (B) a imunidade recíproca impede que qualquer ente federado exija tributos, inclusive taxas, de empresas públicas que prestam serviço público.
- (C) empresas públicas, que integram a administração indireta da União, são imunes a toda e qualquer espécie tributária instituída por Estados e Municípios.
- (D) a taxa de fiscalização sanitária, por ser preço público, está abrangida pela imunidade recíproca e, portanto, não pode ser cobrada.
- (E) qualquer cobrança tributária dirigida à empresa é inconstitucional, pois a Constituição assegura imunidade tributária ampla a empresas prestadoras de serviço público.

25. A atualização da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) para ajuste do valor venal às condições de mercado deve atender à seguinte condição prevista na Constituição Federal:

- (A) ser estabelecida por lei complementar do município respectivo onde localizado o imóvel.
- (B) ser proposta nos últimos 90 (noventa) dias antes do encerramento do mandato do Chefe do Poder Executivo.
- (C) ser aprovada por Decreto do Chefe do Poder Executivo, independentemente de autorização legal.
- (D) ser aprovada por no mínimo 2/3 (dois terços) da respectiva Câmara de Vereadores.
- (E) ser aprovada, sancionada e publicada até o último dia do ano anterior ao do início da sua vigência.

26. Segundo o previsto no Código Tributário Nacional, são normas complementares das leis de natureza tributária:

- (A) os tratados internacionais.
- (B) os decretos.
- (C) as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas.
- (D) as convenções coletivas de trabalho.
- (E) as previstas na Constituição Federal.

27. A Fazenda Estadual do Estado “A” lavrou auto de infração contra a empresa “B S/A”, exigindo ITCMD sobre a transferência de bens decorrente da retirada de um dos sócios da sociedade, que recebeu imóveis como parte da apuração de haveres. A lei estadual, invocando a necessidade de combater planejamentos abusivos, estabelece que, para fins fiscais, qualquer transferência de bens da pessoa jurídica aos sócios, em caso de retirada, será tratada como “doação”, gerando a incidência do ITCMD, sob responsabilidade do “doador”. A empresa impugna o lançamento, sustentando que a retirada de sócio, com recebimento proporcional de patrimônio, não se caracteriza como doação segundo o direito civil, e que a lei estadual não poderia alterar esse conceito para fins de instituir o imposto.

Com base nessa situação hipotética e no que prevê o Código Tributário Nacional (CTN), é correto afirmar que

- (A) a lei estadual não pode alterar o conceito de doação tal como definido no direito civil, pois esse conceito é utilizado pela Constituição para definir a competência tributária do ITCMD.
- (B) o CTN autoriza que a lei tributária modifique o conceito de doação quando necessário ao atendimento do interesse público, razão pela qual o lançamento é legítimo.
- (C) a lei tributária pode redefinir livremente institutos de direito privado, desde que essa redefinição esteja limitada à apuração da base de cálculo e do montante devido, mas não ao fato gerador.
- (D) a definição de doação, como fato gerador do ITCMD, é matéria de direito exclusivamente tributário, podendo ser construída sem observância dos institutos do direito civil.
- (E) a vedação contida no CTN à modificação da definição de conceitos do direito privado, limita-se às leis federais e não se aplica às leis estaduais, em virtude da autonomia federativa dos estados.

28. O Município X possui lei municipal que concede isenção de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) a todos os aposentados que sejam proprietários de imóveis situados no município. Diante de pedido formulado por João, aposentado, residente em outro município da Federação e proprietário de dois imóveis no Município X, Márcio, auditor fiscal, decide indeferir a solicitação alegando que, por equidade, a isenção, que teria sido criada com finalidade social, não deve ser estendida a quem tem mais de um imóvel, ainda que a lei nada diga a este respeito.

Diante dessa situação hipotética e conforme determina o Código Tributário Nacional, é correto afirmar que

- (A) é válida a decisão da autoridade fiscal, pois, nos termos do CTN, a interpretação literal das normas tributárias que dispõem sobre isenção é afastada sempre que estiver em jogo o atendimento do interesse público.
- (B) o indeferimento foi legítimo, pois a autoridade fiscal pode aplicar princípios de equidade para restringir os efeitos de uma norma concessiva de isenção, sempre que houver evidente desvio da finalidade social da norma.
- (C) a ausência de regra específica na lei sobre o número de imóveis permite que a autoridade fiscal utilize a analogia ou a equidade para suprir essa lacuna, indeferindo a isenção a quem possui mais de um imóvel.
- (D) a isenção deve ser interpretada literalmente, de modo que eventuais restrições não previstas expressamente na lei não podem ser presumidas pela autoridade fiscal.
- (E) a aplicação da equidade é cabível no direito tributário quando se busca corrigir distorções resultantes da concessão de benefícios fiscais, mesmo que isso contrarie o texto literal da norma.

29. No âmbito do Código Tributário Nacional, fato gerador e obrigação tributária são institutos relacionados, porém distintos. O fato gerador consiste na situação definida em lei como necessária e suficiente para que surja a obrigação, enquanto a obrigação tributária é a relação jurídica que nasce dessa ocorrência, vinculando o sujeito passivo ao sujeito ativo.

Considerando essa distinção, bem como o disposto no CTN, assinale a alternativa correta.

- (A) O fato gerador é o vínculo jurídico que obriga o contribuinte ao pagamento do tributo, enquanto a obrigação tributária é o conjunto de situações de fato que caracterizam a incidência da norma tributária.
- (B) A obrigação tributária principal surge no momento em que a autoridade fiscal constitui formalmente o crédito tributário por meio do lançamento.
- (C) O fato gerador é a situação descrita na lei como suficiente para que nasça a obrigação tributária; essa obrigação, por sua vez, é a relação jurídica que tem por objeto o pagamento do tributo ou o cumprimento de deveres acessórios.
- (D) A obrigação acessória não guarda qualquer relação com o fato gerador, pois decorre exclusivamente da manifestação de vontade do contribuinte no âmbito contratual.
- (E) A obrigação principal surge da vontade do sujeito passivo quando este realiza um pagamento ou declara espontaneamente o tributo devido, independentemente da ocorrência de qualquer situação prevista em lei.

30. Conforme dispõe o Código Tributário Nacional, é correto afirmar sobre os sujeitos da relação tributária que

- (A) sujeito passivo da obrigação é a autoridade administrativa que, por meio de ato administrativo vinculado, constitui o crédito tributário.
- (B) sujeito ativo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público, titular da competência para exigir o seu cumprimento.
- (C) o sujeito passivo da obrigação principal é o contribuinte, o qual pode, mediante ajuste, transferir sua responsabilidade para terceiro.
- (D) a sujeição passiva da obrigação acessória pode ser atribuída a qualquer pessoa, inclusive àquela que não tenha nenhuma relação com o fato gerador ou com o contribuinte.
- (E) a solidariedade entre contribuinte e responsável tributário na sujeição passiva tributária comporta benefício de ordem.

31. O distrito “D” foi recentemente desmembrado do Município “Alpha” para formar o novo Município “Beta”. Com a criação do novo ente federativo, surgiram dúvidas sobre a aplicação da legislação tributária e a continuidade das obrigações fiscais dos contribuintes localizados no antigo distrito.

Com base nessa situação hipotética e no que dispõe o Código Tributário Nacional (CTN), é correto afirmar que

- (A) o Município Beta deverá aplicar a legislação tributária do Município Alpha por um período de transição de 12 meses, após o qual deverá ter sua própria legislação em vigor.
- (B) a legislação tributária do Município Alpha deixará de ser aplicada em “D” imediatamente após a instalação do Município Beta, que deverá criar suas próprias leis desde o primeiro dia.
- (C) o Município Beta sub-roga-se nos eventuais direitos do Município Alpha e deve aplicar a legislação tributária deste último até que sua própria legislação entre em vigor.
- (D) As obrigações tributárias pendentes dos contribuintes de “D” antes do desmembramento são extintas, pois o novo município não pode cobrar dívidas geradas sob outra jurisdição.
- (E) o novo Município Beta pode optar por aplicar a legislação tributária do Município Alpha ou por aplicar a legislação tributária de outro município até a entrada em vigor da sua nova legislação a ser devidamente aprovada.

32. João, um jovem de 17 anos, residente no Brasil, foi emancipado pelos pais e abriu uma pequena empresa de consultoria, que opera há não mais que um ano. A consultoria ainda não está regularmente constituída perante os órgãos competentes, funcionando, porém, como uma unidade econômica distinguível da figura de João. Em junho de 2025, a Receita Federal identificou que a empresa de João realizou nos últimos dois meses operações tributáveis, gerando a obrigação de recolher determinado tributo.

Diante do disposto no Código Tributário Nacional (CTN), analise a situação hipotética e assinale a alternativa correta quanto à capacidade tributária passiva de João e sua empresa.

- (A) João não possui capacidade tributária passiva, pois é menor de idade, mesmo estando emancipado.
- (B) A empresa de João não pode ser considerada sujeito passivo de obrigações tributárias, pois não está regularmente constituída.
- (C) João possui capacidade tributária passiva apenas em razão da sua emancipação, que, ao torná-lo plenamente capaz civilmente, gerou efeitos sobre a capacidade tributária.
- (D) a empresa não possui capacidade tributária passiva, pois, ainda que não seja necessária a constituição regular para tanto, é necessária a habitualidade por mais de 1 (um) ano no ramo de atividade.
- (E) João e sua empresa possuem capacidade tributária passiva, independentemente da idade de João ou da regularidade formal da empresa, nos termos do CTN.

33. A empresa “A Ltda.”, atuante no ramo de comércio varejista, adquire o fundo de comércio da “B S/A”, que encerra suas atividades definitivamente. A “A Ltda.” passa a explorar o mesmo estabelecimento, utilizando o mesmo nome fantasia e mantendo a clientela da “B S/A”. Contudo, a “B S/A” possuía débitos de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) relativos a fatos geradores ocorridos antes da alienação do fundo de comércio.

Diante dessa situação hipotética e conforme o Código Tributário Nacional (CTN), assinale a alternativa correta.

- (A) A empresa “A Ltda.” não é responsável pelos débitos tributários da “B S/A”, pois a responsabilidade tributária por sucessão se aplica apenas em casos de fusão, cisão ou incorporação, não abrangendo a mera aquisição de fundo de comércio.
- (B) A empresa “A Ltda.” é responsável integralmente pelos débitos de ICMS da “B S/A”, ainda que esta última não tenha encerrado suas atividades e continue com bens suficientes para saldar a dívida.
- (C) A empresa “A Ltda.” é responsável subsidiariamente pelos débitos tributários da “B S/A”, ou seja, somente se a “B S/A” não possuir bens suficientes para a quitação das dívidas tributárias.
- (D) A responsabilidade da empresa “A Ltda.” pelos débitos de ICMS da “B S/A” é restrita aos juros de mora e à multa de mora, não se estendendo ao valor principal do tributo devido.
- (E) A empresa “A Ltda.” é responsável integralmente pelos débitos tributários da “B S/A”, incluindo multas de caráter punitivo, pois se configurou a sucessão empresarial.

34. Com base nas definições do Código Tributário Nacional (CTN) sobre crédito tributário, obrigação tributária, fato gerador e lançamento, assinale a alternativa correta.

- (A) O fato gerador é o vínculo jurídico que liga o sujeito ativo ao sujeito passivo, enquanto o lançamento é a situação de fato que, uma vez ocorrida, dá origem à obrigação tributária.
- (B) A obrigação tributária surge com a ocorrência do fato gerador e, uma vez constituída, formaliza o crédito tributário, sendo este o procedimento administrativo de verificação e cobrança do tributo.
- (C) O crédito tributário é a relação jurídica que tem por objeto o pagamento do tributo, e seu surgimento antecede a ocorrência do fato gerador, mas é formalizado apenas com o lançamento.
- (D) O lançamento é o ato pelo qual a autoridade administrativa constitui o crédito tributário, refletido na obrigação tributária existente, obrigação esta que, por sua vez, decorre da ocorrência do fato gerador.
- (E) O crédito tributário e a obrigação tributária são sinônimos, diferenciando-se apenas pelo fato de o primeiro referir-se à fase de exigibilidade, enquanto o segundo se refere à fase de constituição.

35. Em 2025, o Município X instituiu por meio de lei um programa de parcelamento de débitos tributários municipais, concedendo condições especiais para a quitação de tributos vencidos. A empresa “ABC Ltda.” aderiu a esse programa, parcelando seu débito de Imposto sobre Serviços (ISS).

Diante da situação hipotética e do que dispõe o Código Tributário Nacional (CTN) sobre a suspensão do crédito tributário, assinale a alternativa correta.

- (A) O parcelamento concedido não suspende a exigibilidade do crédito tributário, pois a suspensão ocorre apenas com o depósito judicial ou com a concessão de liminar em mandado de segurança.
- (B) O parcelamento de tributos, como modalidade de moratória individual, suspende a exigibilidade do crédito tributário, conforme previsto no Código Tributário Nacional, mas não o extingue.
- (C) A adesão a um programa de parcelamento municipal resulta na extinção imediata do crédito tributário, uma vez que o contribuinte manifesta sua intenção de quitar a dívida.
- (D) A suspensão do crédito tributário em virtude de parcelamento se aplica apenas a tributos federais e estaduais, não sendo uma hipótese prevista para débitos municipais.
- (E) A moratória, no contexto de parcelamento, impede a atualização monetária e a incidência de juros sobre o montante devido durante o período de suspensão da exigibilidade.

36. A empresa “X S.A.”, consolidada no mercado de consultoria, possui um débito de ICMS com o Estado “Z”, que foi regularmente inscrito em Dívida Ativa. Em janeiro de 2025, o sócio-administrador de “X S.A.” solicitou uma Certidão Negativa de Débitos (CND) para participar de uma licitação pública. Ao analisar a situação, o fisco estadual informou que a certidão não poderia ser emitida devido ao débito inscrito. No entanto, “X S.A.” comprovou que o referido débito estava com sua exigibilidade suspensa por força de um parcelamento regular e em dia, concedido pelo próprio Estado Beta.

Diante dessa situação hipotética e do que dispõe o Código Tributário Nacional (CTN) sobre a Dívida Ativa e as Certidões Tributárias, assinale a alternativa correta.

- (A) A empresa “X S.A.” não tem direito à Certidão Negativa de Débitos (CND), pois a inscrição em Dívida Ativa, por si só, impede sua emissão, mesmo que o débito esteja parcelado.
- (B) A inscrição em Dívida Ativa suspende a exigibilidade do crédito tributário, permitindo a emissão de Certidão Negativa de Débitos (CND) se não houver outras pendências fiscais.
- (C) O débito em Dívida Ativa, mesmo que parcelado, impede a emissão de Certidão Negativa de Débitos (CND), sendo cabível apenas a emissão de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa (CPEN) se o parcelamento estiver em dia.
- (D) O parcelamento do débito tributário, mesmo que não estejam em dia, suspende a exigibilidade do crédito, tornando o débito não impeditivo para a obtenção de Certidão Negativa de Débitos (CND).
- (E) A suspensão da exigibilidade do crédito tributário por parcelamento não altera a natureza do débito inscrito em Dívida Ativa, de modo que a empresa “X S.A.” deverá aguardar a quitação integral para obter a CND.

37. No direito tributário brasileiro, as figuras da isenção, alíquota zero, imunidade e não incidência tributária possuem efeitos e naturezas jurídicas distintas, embora todas possam, em última análise, resultar na ausência de cobrança de determinado tributo.

Diante dessa premissa e do que estabelece a Constituição Federal e o Código Tributário Nacional (CTN), assinale a alternativa correta.

- (A) A imunidade impede a própria instituição do tributo pela pessoa política competente, configurando uma limitação constitucional ao poder de tributar, enquanto a isenção é uma dispensa legal do pagamento de um tributo que, em tese, poderia ser cobrado.
- (B) A alíquota zero e a não incidência tributária são sinônimos, pois ambas representam a ausência de previsão legal para a cobrança do tributo, diferentemente da isenção, que pressupõe a incidência.
- (C) A isenção é uma hipótese de não incidência qualificada, que se distingue da imunidade por ser concedida por lei infraconstitucional, enquanto a alíquota zero é aplicável apenas a impostos federais específicos.
- (D) A imunidade, ao contrário da isenção, exige a posterior edição de lei complementar para regulamentar suas condições e alcances, sem a qual a regra de desoneração não produz efeitos.
- (E) A alíquota zero difere da isenção, porque, na primeira, o tributo sequer é devido, enquanto na isenção ele é devido, mas dispensado de pagamento por ato discricionário da autoridade fiscal.

38. No direito tributário brasileiro, a parafiscalidade e a extrafiscalidade representam instrumentos com finalidades distintas, embora ambas se manifestem por meio de tributos.

Considerando essa distinção, assinale a alternativa correta.

- (A) A cobrança de ICMS com alíquotas reduzidas para veículos elétricos, visando incentivar a sustentabilidade ambiental, é um exemplo de parafiscalidade, pois o tributo é usado para um fim não arrecadatário.
- (B) As contribuições para a manutenção do Sistema "S" (Sesc/Senac, Sesi/Senai, etc) são exemplos de parafiscalidade, enquanto a majoração do IPI sobre cigarros, buscando desestimular o seu consumo, é um exemplo de extrafiscalidade.
- (C) A instituição de uma taxa de licença para funcionamento de estabelecimentos comerciais, com o objetivo de custear a fiscalização municipal, configura extrafiscalidade, dada a finalidade de ordenamento da atividade econômica.
- (D) O Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) com alíquotas progressivas no tempo, visando estimular o aproveitamento adequado da terra, é um caso de parafiscalidade, por delegar à União a cobrança com objetivo social.
- (E) A contribuição de melhoria, cobrada para financiar obras públicas que geram valorização imobiliária, é classificada como extrafiscalidade, uma vez que o seu principal objetivo é o desenvolvimento urbano.

39. Um determinado Estado da Federação instituiu Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre atividades de transporte intermunicipal, alegando que o serviço prestado ocorre dentro de suas fronteiras. Ao mesmo tempo, um Município situado nesse Estado cobra o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) sobre o mesmo serviço de transporte intermunicipal, sob a justificativa de que a empresa transportadora tem sede em seu território.

Diante dessa situação hipotética e com base na Constituição Federal e no Código Tributário Nacional (CTN), assinale a alternativa correta.

- (A) A cobrança simultânea do ISSQN pelo Estado e pelo Município é constitucional, pois ambos possuem competência residual para instituir impostos sobre serviços não previstos na Constituição.
- (B) Apenas a cobrança do Município é legítima, uma vez que o ISSQN é de competência municipal, e a Constituição Federal veda expressamente a bitributação sobre o mesmo fato gerador.
- (C) A situação configura um caso de *bis in idem*, que é permitido pela Constituição Federal em matéria de serviços de transporte, desde que haja lei complementar que o regule.
- (D) O transporte intermunicipal é de competência tributária da União, o que tornam inconstitucionais as cobranças do Estado e do Município.
- (E) A situação configura um caso de *bis in idem* não permitido pela Constituição Federal, que dispõe caber aos municípios apenas a cobrança de ISSQN sobre serviços de transporte intramunicipal.

40. Segundo dispõe o Código Tributário Municipal de Guararapes (Lei Complementar nº 87/2004), é correto afirmar que o imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU

- (A) tem como um dos fatos geradores a posse de bem imóvel, por natureza, como definido na lei civil, situado no território do município e que, independentemente de sua localização, satisfaça a condição de não se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agroindustrial.
- (B) tem como ocorrido o seu fato gerador sempre no dia 10 de fevereiro de cada ano, ou no momento da abertura de matrícula imobiliária, no caso de imóvel novo.
- (C) tem como contribuinte do imposto o proprietário do imóvel e o titular do seu domínio útil, mas não o possuidor a qualquer título.
- (D) depende para sua cobrança da legitimidade dos títulos de aquisição ou posse do terreno ou da satisfação das exigências administrativas e legais para sua utilização.
- (E) considera, na determinação da sua base de cálculo, o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.

